

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, 34, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a presidência do conselheiro Eliezer Marques Costa (PMSC), estando presentes: o vice-presidente Mário Sérgio Rodrigues (Escoteiros Carijós), os conselheiros: Graziela Mendes da Silva (SENAI), Zélia Schneider (EPAGRI), Rodrigo R. Geraldi (Secretaria de Planejamento PMCB), Luciane F. Medeiros (Secretaria de Assistência Social), José Eduardo Bittencourt (CEACA), Pedro Paulo Cardoso Martins (SINTRESC), Renata Oliveira de Souza Roque (Secretaria de Educação), José Antônio Fávares (Associação Sto André), Zélia Schneider (EPAGRI), Onassis da Silva (Sec. Indústria e Comércio), Patrícia O. B da Silva (Adm. PMCB), Maria de Lourdes A. Sacheti (Clube Esperança) ainda estiveram presentes: Elizabeth Maccari (sec. Assistência Social), Nogales F. Tomé (Sec Educação), Carlos R. Salvador (PMCB), Ariele Priscila Valadares da Silva (Conselho Tutelar), Ariele Rodrigues de Lima (Conselho Tutelar), Karla Fernandes Félix (Conselho Tutelar). O presidente inicia a reunião informando sobre o recebimento do A.R. do ofício enviado ao Tribunal de Contas referente às dúvidas que surgiram depois da Palestra com o Promotor Diogo do Ministério Público de Contas na Roda de Conversa sobre o FIA no início do ano, foi recebido no dia 12 de julho, porém ainda não foi respondido, estamos aguardando a resposta. Lembra que o único convênio no momento é o do CEACA e já está correndo tudo certo. Referente ao item 2 da pauta Elizabeth Maccari resume o Plano Decenal Municipal das Crianças e Adolescentes para os novos membros presentes. Em março a AMUREL chamou a atenção para o tempo escasso para a confecção do Plano, até dia 03 de dezembro de 2016, juntamente com a Sabrina esteve reuniões no COGEMAS onde foram apresentadas propostas da UNISUL e da EGEM, trouxemos as propostas para a apreciação do conselho que não os aprovaram e decidiram buscar outros orçamentos por conta própria. Decidiram também por fazer uma comissão própria para a organização do fórum, e deixa claro que segundo a Resolução 171 o conselho deve definir o número de participantes, portanto deixa claro que a antecipação da reunião solicitada para semana anterior, era para antecipar essa discussão devido ao escasso tempo. Foram apresentadas as propostas para Assessorar o Plano Decenal Municipal das Crianças e dos Adolescentes. Foram recebidas 7 propostas, e apresentadas as de menor valor em data show, sendo escolhidas dentre elas a de melhor técnica e preço: sendo unanimemente aprovada pelos conselheiros a proposta da Luciana Rocha Leme, Professora do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI Mestra em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, com o valor de R\$7.000,00. Elizabeth informa que na reunião para organização do Fórum foi sugerida a data do dia 10 de agosto quarta-feira às 8h30min, para a realização e organização da Comissão Intersetorial, sendo aprovada pelos conselheiros. Referente ao quantitativo e processo de escolha das crianças e adolescentes que participarão da confecção do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi sugerido pelo presidente que fossem 4 representações sendo 2 crianças e 2 adolescentes, porém os conselheiros decidiram que seriam definidos no dia do Fórum de 4 a 8 representações, de acordo com o número de interessados, o presidente ressalta que é interessante que os gestores das pastas participem, Carlos ressalta que se necessário reforça o pedido, o presidente relembra os conselheiros quem deve formar a Comissão intersetorial: Conselho Tutelar, Conselhos setoriais, em especial, de políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer; órgãos estaduais, distrital e municipais gestores das políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, segurança, esporte, cultura e lazer; Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e organizações da

sociedade civil integrantes do Sistema de Garantia de Direitos; e crianças e adolescentes. Os conselheiros decidem que o quantitativo da sociedade civil será definido a partir do número de representantes governamentais que estiverem presentes no Fórum, portanto a escolha de todos os membros da Comissão Intersectorial. Elizabeth ressalta que deve haver alguém para explicar o Plano, foi sugerido em reunião da organização do fórum trazer alguém que tenha conhecimento do assunto para palestrar, porém devido ao escasso tempo decidiram que não daria. O Presidente fala que talvez a própria assessora a ser contratada possa fazer a introdução. Os conselheiros foram informados por Beth da realização da Audiência Pública “Marco Legal da Primeira Infância/Lei Federal 13.257/2016, no dia 04 de agosto às 8h 30 em Florianópolis, na ALESC Elizabeth diz que é uma lei recente, de março que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, que posteriormente os municípios deverão estruturar o Plano Municipal da Primeira Infância, e fala que o município está desatualizado com relação à confecção dos planos, pois tem diversos planos que o município não possui. O presidente sugere que os conselheiros acessem e acompanhem o site da ALESC, pois nele é divulgado cursos, palestras. O presidente sugere abertura de edital para Projetos de entidades, devido a cobrança pelas entidades já a longo prazo para utilização do recurso que está em conta, atualmente cerca de R\$100.000, um edital que não seria na modalidade cancelada, mas sim para um projeto específico para utilizar o dinheiro que tem em caixa, o conselho deve decidir o quanto liberar, e o que pedir às entidades, dentro do que é mencionado nas Resoluções do CONANDA, o presidente sugere que seja algum projeto que venha a ser realizado nos finais de semana, para que as crianças que hoje ficam a mercê nas ruas sejam atendidas. Luciane ressalta que o único que funciona nos finais de semana é o Grupo de Escoteiros. Padre José ressalta que se for colocado esse item estaria beneficiando os Escoteiros direcionando o recurso e excluindo todas as outras entidades. Mário fala que o CEACA poderia atender em outro horário, por exemplo o projeto degustando afetos, poderia ser realizado nos finais de semana. O presidente observa que deverá ser um projeto novo, o recurso não pode ser utilizado para manter o antigo. O serviço de acolhimento não está funcionando ainda. Elizabeth ressalta que o serviço de convivência também deve oferecer serviço nos finais de semana. As entidades poderão complementar o serviço de convivência, o serviço de contra-turno as entidades já fazem. Ressalta que deve haver o diagnóstico das crianças para verificar as que realmente precisam ser atendidas e organizar cientificamente esses dados, pois as informações estão separadas na rede, ver um modo de como organizar a rede de atendimento para que nenhuma criança em vulnerabilidade fique fora. Patrícia fala que deve ser pensado como um todo, não só os que estão em risco atualmente, mas os que podem vir a estar. Ressalta que o Parque Ambiental é um excelente parceiro, diz que mora perto, portanto consegue visualizar os trabalhos realizados. Luciane fala na importância da capacitação dos conselheiros, pois com o conselho que esta constituído hoje ainda não foi realizada, apenas participaram de uma palestra gratuita na semana passada sobre o FIA. Eliezer fala que foi decidido em última reunião que deixaríamos a capacitação para o início do ano que vem, devido à possível troca de conselheiros, seria dinheiro jogado fora, a não ser que o Conselho queira rever isso. Padre José fala que o diagnóstico é fundamental, mas que não deve esperar ser feito, pois a situação está muito grave, temos que nos atentar as possibilidades reais, não da para ficar com o dinheiro guardado esperando que se realize o diagnóstico, claro que deve ter, mas não que se deva aguardar. Se tiver um projeto bom já gastar, pois a espera pelo diagnóstico fica sendo uma barreira. Maira fala que hoje a realidade é uma, mas depois pode mudar, o diagnóstico é necessário para que não seja necessário ficar sempre “apagando incêndio”. O presidente Eliezer fala que existem normas a serem seguidas, se passaram quase dois anos e não evoluímos, quando recém entrou havia na conta do FIA aproximadamente R\$40.000,00 em conta e hoje está em aproximadamente R\$100.000,00; não temos o diagnóstico ideal, mas temos por base os atendimentos da rede: do Conselho Tutelar, CRAS, CREAS. Na questão das famílias mal estruturadas podemos fazer pouco, muita coisa é responsabilidade do Governo. A

conselheira Patrícia fala que seria interessante fazer um Fórum com as famílias para responsabilizá-las também. Presidente fala que estamos tratando o sintoma e não a raiz. Carlos Salvador menciona que o mínimo que se deve fazer é começar isso agora, e não ficar esperando pela próxima administração, já se foram 2 anos, e foram 4 anteriormente, o conselho deve começar a agir. Eliezer fala que o CEACA trabalha de segunda a sexta das 08h as 17h:30min, se fizer um projeto pra outro horário ou num sábado e domingo, ou no mínimo daria para atender mais crianças com um novo projeto. Elizabeth ressalta que deve ser lançado edital para um projeto específico, para uma atividade específica. Ressalta que os recursos do FIA não podem ser utilizados para serviços continuados. Ressalta ainda que o Município esta atrasado com relação aos planos, há alguns planos que o município não possui, como por exemplo, o do enfrentamento a violência e exploração sexual infanto-juvenil e para a confecção de todos os Planos deve haver diagnóstico, informações consistentes da realidade, ter a visão ampliada da situação das crianças e dos adolescentes. Maira da o exemplo do município de Braço do Norte, no qual ela faz parte da assessoria FAEPSUL, que está executando lá um diagnóstico, fala que eles estão dividindo em 5 eixos no qual será confeccionado caderno, começaram em março para entrega em agosto. Máira diz que trabalhou lá 2 anos e em comparação o município de Capivari está muito atrasado, a rede em si não trabalha unida, menciona que é fruto da COMBENTU, e com relação as vagas do CEACA, não se preocupa com os que já estão em atendimento, mas os que precisam estar e não estão. O município deveria valorizar também a parceria com o Parque Ambiental, pois tem um objetivo em comum, confessa que ficou um pouco chocada ao entrar pra trabalhar no município, pois cada um defende o seu sem pensar lá na frente, antes de ser fechado o serviço de convivência deveria ter sido conversado com as entidades, como em outros municípios fizeram, e não posteriormente. Presidente propõe destinar 20% para o uso no diagnóstico e 80% libera pra projeto de imediato. Carlos Salvador diz que a questão política existe, mas tem que fazer o que da pra fazer. O presidente Eliezer se compromete a tirar o extrato do FIA, e entregar para Sabrina, mas tem que direcionar a questão dos projetos, que seja algo inovador e que vá tirar as crianças da rua, nos horários em que elas ficam ociosas, Karla questiona que seriam as crianças que não estão no serviço. O presidente Eliezer responde que existem demandas que não estão sendo atendidas. O grupo de escoteiros tem custos, tem mensalidade, uniforme, CEACA também tem os seus custos. Mário concorda com a falta de tempo. Padre questiona o que se faz, como por exemplo, com uma criança de 8 anos que está em situação de risco, Maira responde que inicialmente é o acompanhamento da família pelo CRAS, se for realmente de risco fica na fila de espera para o CEACA. Padre José diz que deve ter uma lista de prioridades. Atualmente o CEACA atende 111 crianças, mas a capacidade é para atender 120, porém não tem verba, se for pra esperar pelo ano que vem, novo governo, e esses 8 meses que a criança está vulnerável? Até lá a criança que podia ter sido atendida já pode estar usando droga, o que poderia ser prevenido. Elizabeth fala que o convênio para atender mais 20 através de subvenção juntamente com as outras 95. Partindo do principio que 65% das vagas financiadas pela rede Pública, elas devem ser encaminhadas pela rede. Presidente questiona se está formalizado o número. Padre José menciona que as crianças que estavam dentro do programa Bolsa Família permaneceram no CEACA e o restante saiu, alguns posteriormente voltaram. Maira falou que tem que ser conversado antes com o CEACA para o ano que vem. Padre José questiona se pode colocar mais 20 crianças por “x” reais, se é possível atender mais crianças. Maira sugere planejar antes de chegar o ano que vem. Nogales questiona se terá o edital mesmo. O presidente responde que sim, devendo o valor máximo ser de 80 mil, se tiverem 3 projetos ou 5 projetos, escolher entre eles. Luciane fala que será um projeto pontual, sugere um valor menor de 15, 20 mil. O Presidente diz que CEACA já tem estrutura física e de pessoal, Escoteiros, Parque Ambiental, APAE já é um público mais específico. Mas não pode ser definido, garantir que será enviado o recurso pro CEACA. Zélia da EPAGRI fala que se da pra utilizar com as crianças que estão em situação de emergência deve ser usado. Pepe diz

que com o dinheiro que está no FIA daria para atender mais 20 crianças no CEACA. Presidente ressalta que não pode colocar as crianças num projeto que já está acontecendo, que essa discussão já está bem calejada a dois anos, não pode ser utilizado os recursos do FIA para continuar projeto em andamento. Padre José questiona a soberania do conselho, se ele não é soberano para decidir. Zélia da EPAGRI responde que é soberano dentro das regras. O presidente Eliezer fala para definir um valor. Elisabeth ressalta que deverá ser criado um edital, com um valor máximo de 80 mil, ou o projeto apresentar 2 de 25 mil; Nogales questiona o valor que tem disponível na conta, questiona se não pode ser algum projeto do esporte, ou cultura e lazer, Elisabeth lembra que a entidade deve estar escrita no CMDCA para participar, o presidente Eliezer questiona se fica 60 mil pra projetos e 20 para esporte cultura e lazer. Elisabeth fala sobre a contratação da Assessora Luciana para o Plano Decenal Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser feito ofício avisando a licitação, avisar a escolhida por e-mail e com relação à apresentação do Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, primeiramente apresentar para o conselho e posteriormente na Audiência Publica. O presidente, com relação à escolha de novo presidente, ressalta que mencionou em reunião anterior da hipótese de se afastar da presidência, porém não deixará o Conselho sem que se disponibilize um novo representante, os conselheiros sugerem que o vice-presidente Mário assumira, porém o mesmo não possui interesse, então o presidente Eliezer continuará pelo menos até o final do ano, pois diz ter responsabilidade, e sabe que seria necessário burocracias para mudar o presidente na assinatura de cheques, no banco com relação ao FIA, continua com o objetivo de focar apenas em uma causa, que no momento seria o Grupo de Escoteiros, o presidente se justificou que jamais renunciaria da forma como fez o presidente anterior. Diz que como já mencionou em reunião anterior estava muito cheio de responsabilidades, estava quase todo dia no Conselho, fazendo papel de motorista entregando ofícios, Resoluções que uma leva pra Patrícia, uma no mural do Fórum, uma no mural da Câmara e outra no mural da Prefeitura. Menciona ainda que já saiu do CONSEG, pois quanto mais se estuda e mais informado se fica mais você sabe que tem coisas pra fazer e não consegue, ai passou para uma colega. Resolveu optar por um, inicialmente quer ficar no Escoteiros, mas não irá deixar o Conselho sem um responsável. Carlos propõe que ele continue até o final do ano. Eliezer aceita. Luciane parabeniza a sua atitude e fala que o que o conselho pode fazer é apoiar mais nas responsabilidades do Conselho, caso necessite entrega de algum ofício, chamar outro conselheiro. Carlos ressalta que é importante delegar funções, inclusive ao secretário próprio do conselho, não digo a Sabrina, porque ela é exclusiva aqui de dentro, mas sim agora acredito que o Vitor, para estar auxiliando nesses trâmites. Mário fala que é porque este ano tiveram muitas novidades, planos a serem confeccionados, mas que a partir de agora vão estar mais presentes. Pepe e Onassis se disponibilizam a doar folhas A4 para o CMDCA. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada esta reunião. E, para constar, foi lavrada esta ata, que após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.